

Igualdade de gênero na prática do Governo Federal

Um olhar a partir do Pacto de
Enfrentamento à Violência contra as
Mulheres

Fernanda Papa – SNJ/SG-PR

“Mas não é uma coisa como beber água e ir ao médico. Não é. Estamos lutando por um direito que uma parte sente. Outra parte não.”

Ivete Garcia

Papel fundamental da SPM

- Ter um organismo específico articulador das políticas para as mulheres, com projeto político bem definido, capacidade técnica e de negociação política, com habilidades de relacionamento interpessoal e boa escuta;

Intersectorialidade é o começo

- Trabalhar a partir da intersectorialidade;
- Atuação interáreas facilita a aproximação de interlocutores que não interagiriam se não houvesse a necessidade formal e prática de terem que trabalhar em conjunto em torno de um problema comum.
- Importância das bilaterais.

Formalizar um ponto de encontro

- Contar com espaços de gestão intersetorial para negociação da transversalidade, a exemplo de grupos de trabalho interministeriais, comitês de monitoramento e câmaras técnicas de gestão; comitês gestores

Convencimento pelo entendimento

- Construir argumentos consistentes para exercer a política do convencimento pelo entendimento, e não por imposição, da perspectiva feminista para as políticas públicas;
- Importante referência de organizações do movimento feminista para qualificar o debate também para dentro do governo.

Nova geração de gestoras sensíveis

- Sensibilizar e passar a contar com servidoras e servidores públicos para a agenda das mulheres por meio de processos de formação;

Conferências governamentais

Cursos de formação

Comitê PNPM

Comitês de gênero

- Organizar comitês de igualdade de gênero nos ministérios como passo inicial de um trabalho para políticas de inclusão – e não como ponto final, pois não seriam suficientes;

Igualdade como questão política

- O fundamental é colocar a perspectiva da igualdade nas diretrizes das principais políticas de cada área setorial, o que se verificou, entretanto, apenas em um caso;
- “Não dá conta só a Diretoria cuidar das coisas das mulheres (...) Quando chamamos de transversalidade, por exemplo, é quando a gente vai definir uma política de assistência técnica que vai atender todo o público do MDA. Necessariamente tem que ter uma preocupação de atender as mulheres de forma diferenciada, porque as políticas não podem chegar de forma igual para todo mundo, já que lá na ponta não está todo mundo igual.”

O tempo das coisas

- O tempo da administração pública para absorver as mudanças de valores que devem orientar as “novas políticas públicas” é diferente do tempo de duração de um governo;

Entre a política, a pressa e a paciência: a escuta...

- Não raro são observados “choques” de visões entre as diretrizes diferentes que orientam as políticas, bem como de baixa capacidade de escuta entre organismo específico e ministérios setoriais, em função da necessidade de apresentar resultados dos processos trabalhados para dar visibilidade à agenda;

... E a ação

- A percepção de que se trata de um processo em construção pode ajudar a compreender que, ainda que não verificados em todas as áreas, os avanços para uma mudança na definição das políticas, na direção de maior inclusão das mulheres, está em curso.
- Avançamos!

GRATA!